



ACÓRDÃO Nº44/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11297/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Envira
- 4- **Exercício:** 2015
- 5- **Responsável:** Raimundo Lira de Castro (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5417/2018-DMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Envira. Exercício de 2015.

*Regularidade com ressalvas. Multa.
Recomendação. Ciência. Arquivamento.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas do **Sr. Raimundo Lira de Castro**, Presidente e Ordenador de Despesas da Câmara Municipal de Envira, referente ao exercício de 2015, com fulcro no art. 22, II, da Lei nº 2.423/96;
- 10.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Raimundo Lira de Castro**, Presidente e Ordenador de Despesas da Câmara Municipal de Envira no valor de **R\$ 4.468,42** (quatro mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e quarenta e dois centavos), que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o **código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE**, pelas restrições 01, 04, 10, 11, 12, 13, 15, 18 – b, 18 – d, 19 – a, 22 e 23, com fulcro no art. 53, parágrafo único, da Lei n.º 2423/96-LOTCE; Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo



ACÓRDÃO Nº44/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

10.3. Recomendar à Câmara Municipal de Envira, que:

- 10.3.1.** Observe com máximo rigor o art. 96 da Lei nº 4.320/64 a fim de regularizar as informações contidas no levantamento geral dos bens móveis e imóveis que terão como base o inventário analítico de cada unidade administrativa e os elementos da escrituração sintética na contabilidade e manter maior controle e acompanhamento dos bens patrimoniais;
- 10.3.2.** Manter atualizado o Portal de Transparência da Câmara de Envira para os fins a que se referem os arts. 48 e 48-A da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF;
- 10.3.3.** Observar com máximo rigor a Lei nº 8.666/93, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, inclusive, no que preceitua o arts. 16, 27 e 55.

10.4. Dar ciência ao Sr. Raimundo Lira de Castro desta decisão;

10.5. Arquivar o presente processo após cumprimento de decisão, nos termos regimentais.

11- Ata: 2ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 29 de Janeiro de 2019

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

13.1. Declaração de Impedimento:

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral